

PIO

**PUBLICAÇÃO E
DO OBSERVATÓRIO INFORME
POPULAR**

**DOSSIÊ INAUGURAL:
FERRO E VENENO,
MAZELAS DA MINERAÇÃO**



*O ouro da mina virou veneno
O sangue na terra virou brinquedo*
Milton Nascimento, *Simples*

*Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua, ela um dia é nossa*
Paulo César Pinheiro, *Pesadelo*

APRESENTAÇÃO

Com o *PIO* inauguramos uma nova frente de trabalho do *OPA* — *Observatório Popular*. Alicerçado na prática documental e na pesquisa acerca da mineração e seus impactos no território brasileiro, o esforço que dá forma a esta publicação deve ser compreendido em chave dupla.

Em um sentido vai de par com a promoção, por parte do *Observatório*, de debates e exibições coletivas do material produzido pela organização, objetivando assim, abrir espaços para a discussão dos impactos do modelo de mineração hegemônico no Brasil — discussão acalorada pelos recentes crimes em Mariana e Brumadinho, de responsabilidade da *Vale S.A.*, em ambos os casos, e da *BHP Billington* e *Samarco*, no primeiro. Por outro lado, trata-se de uma empreitada que objetiva possibilitar a subsistência do *Observatório*, como uma forma de *autofinanciamento*.

Mas o que é o *OPA* — *Observatório Popular*?

Trata-se de uma iniciativa coletiva de estudantes de São Paulo, Minas Gerais e Buenos Aires surgida logo após o rompimento da barragem de rejeitos da *Vale* no Córrego do Feijão, em Brumadinho - MG, no dia 25/01/2019. A atuação da mineradora, que deve ser responsabilizada pelo assassinato em massa da população Brumadinhense, pela morte do rio Paraopeba e todo um rol de impactos a serem pesquisados e demarcados, afeta, contudo, de formas diversas a região. Nesse sentido, o trabalho do *OPA* que esteve em campo, ainda que de forma intermitente, desde os primeiros dias após o rompimento, mantendo-se em contato com comunidades locais, vai na direção de estabelecer uma base documental capaz de retratar as histórias de luta e resistência na região, bem como valorizar a cultura local, estabelecer e dinamizar focos de debate e construir um acervo crítico audiovisual e agora, escrito.

Para tanto, contamos com a colaboração inestimável de moradores da região de Brumadinho, Mariana, São Joaquim de Bicas e Barra Longa, que nos receberam e contaram sobre sua história, bem como de parceiros dos movimentos sociais, como o *MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens* e o *MAM - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração*.

O lançamento desta edição inaugural do *PIO* coincide com a participação do *OPA* no programa educativo da *Flip 2019*.

Agradecemos a todos os envolvidos, com quem partilhamos a esperança do alvorecer de um novo dia!

Resta-nos esclarecer brevemente a estrutura desta publicação, que, esperamos, amadureça em um esforço recorrente.

O *PIO* é aberto por um *Dossiê*. Nesta edição, tomamos como guia o poema icônico de Carlos Drummond de Andrade, *Lira Itabirana*, para desenvolver quatro breves ensaios sobre o modelo de mineração hegemônico no Brasil. Intitulado *Ferro e Veneno, Mazelas da Mineração*, o Dossiê aqui publicado é a primeira tentativa de sistematização das posições que viemos desenvolvendo a partir do trabalho do *OPA*.

Em seguida, passamos ao *Painel*. Trata-se de um espaço aberto a nossos colaboradores locais. Aqui estão elencados dois textos de pessoas atingidas pelos rompimentos de barragens nos últimos anos em Minas Gerais. A ideia da sessão é abrir um canal de divulgação de posicionamentos locais, em forma livre.

Por último propomos um pequeno *Verbetário*. A voz volta ao *OPA* em cinco breves exposições nas quais buscamos construir ressignificações de conceitos chaves que surgem com frequência em nossa rede temática.

As fotos que ilustram a publicação, por sua vez, são de autoria do *OPA*, clicadas em campo durante nossas viagens.



Aleijadinho em Congonhas, detalhe

Em 1902 Itabira pariu Carlos Drummond de Andrade. Quarenta anos depois viu nascer a Vale do Rio Doce. Não que ali não houvesse mineração: já em 1919 a Itabira Iron Ore Company extraía o minério de ferro no município. A companhia, propriedade de um estadounidense, não seria porém senão um capítulo da exploração estrangeira de nosso território.

Quando criança Drummond via além da mineração. Jovem, a conheceu. O Drummond adulto vivenciou a destruição e partiu, em exílio. Já mais velho Drummond voltaria à sua cidade natal com a publicação da *Lira Itabirana*.

Em 1979 jovens estudantes de Itabira criaram *O Cometa Itabirano* - jornal que seguia os passos dos mais conhecidos: *O Pasquim*, *Movimento e Opinião*. Seu primeiro exemplar trazia *Lira Itabirana*, escrito por Drummond. O poeta voltava à cidade.

De crítica a profecia, da sala de aula ao panfleto, o célebre poema de Drummond é lido e grafado com intuitos os mais diversos. Quarenta anos depois de sua publicação n' *O Cometa*, o *OPA* lança o *PIO*. E neste primeiro exemplar trazemos a mesma *Lira*, que nos guiará pela 'pedra de ferro, futuro aço do Brasil'.

Este Dossiê pretende esmiuçar sem maiores delongas alguns temas levantados a partir da obra, com auxílio de nossa experiência em campo e naturalmente alguma pesquisa. Respeitando a estrutura do poema o Dossiê é composto por quatro breves ensaios, cada qual introduzido por uma estrofe que a afiada pena do poeta nos legou. Propomo-nos portanto, a apresentar uma possível interpretação deste breve escrito que se tornou sinonimo da luta contra os abusos sócioambientais das mineradoras em atuação no Brasil e — por que não? — no mundo.

Não poderíamos deixar de saudar o trabalho do PoEMAS, a cuja coleção "A Questão Mineral", que reúne já dois volumes, devemos grande parte da abordagem adotada, ressaltando contudo os eventuais vícios do presente Dossiê sob nossa inteira responsabilidade. Referiremo-nos, em caso de citação corrida, às obras como QM, seguindo ao númeral referente ao volume citado.

I *O Rio? é Doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse,
Mais leve a carga.*

EXPROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E APROPRIAÇÃO DA RIQUEZA

Na esteira dos eventos ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), a necessidade de debater o modelo de mineração hegemônico em nosso território se faz urgente. Com efeito, se podemos encontrar uma linha de continuidade entre o extrativismo mineral que deu a tônica da economia colonial na Nossa América e a expropriação de nossas riquezas por grandes conglomerados do comércio internacional de *commodities*, como a Vale S.A., é porque a história de formação do Brasil, em particular, dá-se em consonância com o saqueio reiterado de nossos recursos naturais e humanos. Chegando ao ponto crítico de provocar dois desastres socioambientais incomensuráveis num intervalo de quatro anos, a atividade desenfreada das mineradoras, tal como é praticada em nosso território, demonstra seus limites: ela ou nós; a vida ou o farto lucro dos especuladores.

Se dizemos isso, é porque os bônus gerados pela extração mineral encontram-se nas mãos de poucos enquanto os ônus se alastram para além de qualquer barreira — como mostra incisivamente o avanço dos rejeitos disparados pelas mineradoras com os rompimentos e vazamentos de barragens de rejeitos e minerodutos, decorrentes das brechas e cumplicidade do poder público e dissimulados por relatórios fraudados por funcionários sob a pressão do alto escalão dos grandes conglomerados da mineração.

Contudo, os impactos vão muito além dos “acidentes” com barragens e minerodutos. Seguem alguns exemplos: (1) Os territórios minerados, e aqueles no foco dos especuladores, são ou foram em geral povoados por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, garimpeiros, camponeses, etc. Se não diretamente desalojadas, essas populações podem sofrer com a poluição aérea e hídrica — bem como com a escassez de água — decorrente da extração, beneficiamento e transporte dos minérios, tal como ter inviabilizadas suas formas tradicionais de produção e subsistência; (2) via de regra, os gastos com a infraestrutura básica, seja para a indústria, seja para dar conta do repentino influxo populacional decorrente da implementação da empreitada minerária, recairá nas mãos

do Estado, que terá o mísero retorno de 2-4% através do repasse da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais), no caso do minério de ferro — correspondente a mais de 90% da exportação mineral brasileira; (3) para a viabilização das cavas são retirados biomas que estão sobrepostos à área a ser explorada, como no caso da canga ferrífera, que cresce sobre solo próximo à ocorrência do minério de ferro.

A tipologia acima poderia seguir, entretanto, acreditamos que seja proveitoso abarcar aqui alguns aspectos menos imediatos do modelo minerário prevalecente em nosso território nacional. Com efeito, se nos atentarmos à baixíssima compensação repassada ao Estado pela exploração mineral, poderemos compreender uma característica importante da economia neoextrativista, da qual a *Vale S.A.* é largo expoente. Tratam-se de atividades econômicas em larga medida alheias à dinâmica social local. Trocando em miúdos, o lucro gerado pela extração mineral (quase exclusivamente para exportação) não é revertido em melhorias na condição de vida dos munícipes. O lucro das mineradoras se esvai em operações financeiras para as contas de seus acionistas enquanto a população envolvida com a extração, pelletização e transporte do minério (de ferro) é cada vez mais submetida à precarização e regimes de subemprego e terceirização — à medida que os bens minerais são esgotados pelas grandes mineradoras. Mesmo o louvado argumento da geração de empregos, alardeado pelas grandes mineradoras, analisado historicamente se comprova falacioso: a automação e mecanização do trabalho, aliada à terceirização crescente, é responsável por extinguir rapidamente centenas de milhares de vagas, só na *Vale S.A.*, a partir da década de 90 (MINAYO, 2004).

A baixa na admissão de trabalhadores, aliada à fatia mísera dos *royalties* repassada ao Estado e somadas ao financiamento estatal das megaempreitadas, constitui um cenário que converge para a frustração de processos de diversificação econômica. Além disso, dadas as exportações do minério com pouco valor agregado — baixo desenvolvimento da indústria de transformação local — cabe atinar ao fato de que, sendo grande importador de aço, o Brasil exporta os empregos do setor siderúrgico que aqui se poderiam absorver, dada a notável riqueza mineral de nosso território. Riqueza expropriada de nosso povo e embolsada pelos recônditos acionistas dos conglomerados da mineração.

O Rio era Doce. Quantos mais amargaremos sem berro?



II *Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

HISTÓRICO DA MINERAÇÃO NACIONAL A PARTIR DA VALE S.A.

A *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)* foi fundada em 1942, sob Vargas, em decorrência dos *Acordos de Washington*. O intuito era estabelecer uma exportadora estatal de minério de ferro capaz de abastecer os investidores estrangeiros, dada a alta demanda ocasionada pela *Segunda Guerra Mundial*. Com efeito, os Estados Unidos — cujo investimento atingiu os US\$ 14 milhões — e a Inglaterra estabeleceram um contrato de três anos com a estatal garantindo a exclusividade das exportações da Vale e a prática de valores mais baixos do que os do mercado internacional como contrapartida para seus investimentos.

Com o fim da guerra, a *CVRD* enfrenta crise de demanda do minério de ferro, tendo sua exportação reduzida em cerca de 68% entre 1944-46. Frente a um novo ciclo de expansão a empresa retoma as vendas aos Estados Unidos a todo vapor, diversificando nas décadas seguintes os países destinatários do minério extraído no Brasil (Japão, Alemanha Ocidental e Canadá já em 1950). Em 1967 a companhia centralizava 69,9% das exportações de ferro do país, tornando-se a principal empresa exportadora brasileira em 1976.

No início dos anos 60, o governo Jango daria uma guinada nacionalista, objetivando prescrever a concessão de minas inexploradas ao capital estrangeiro. Contudo, o golpe de 1964 abre um período de reforço da inserção subordinada do Brasil na economia global ocasionando inclusive a renúncia do então presidente da empresa em 1965, seguida da concessão pelo alto escalão federal de um porto privativo à *Hanna Mining Company*. De todo modo, o regime militar seria responsável pela consolidação do papel do Brasil enquanto exportador de matérias-primas no mercado internacional, com aporte dos grandes projetos instalados entre os anos 1970-80, entre os quais se destaca o *Grande Carajás*, no Pará, em 1984.

O complexo extrativo de Carajás marca um novo ciclo na economia mineradora no Brasil. As minas serão trabalhadas com maquinário de alta tecnologia, marcando um movimento análogo ao da “Revolução Verde” no setor agropecuário. Com efeito, o período será caracterizado pela baixa nos

cargos ofertados pela empresa, que recorrerá cada vez mais ao emprego de terceirizados, tendo sua estrutura interna radicalmente hierarquizada pelos postos de trabalho na supervisão e coordenação das operações tecnicizadas.

O ano de 1989 marca por sua vez as consequências políticas da reestruturação produtiva na CVRD. Neste ano, os trabalhadores paralisam as atividades por cinco dias, além de organizar uma gigantesca assembléia no estádio de futebol de Itabira no intuito de garantir frente à alta inflação um reajuste digno de seus salários — a empresa indicava os investimentos em Carajás como empecilho, os trabalhadores notavam que o lucro líquido da companhia no ano anterior havia atingido a marca de US\$ 210,5 milhões. Apesar da curta duração da greve o acontecimento é marcante dado que a mineradora não contava com greves desde 1945, vendendo uma imagem colaboracionista para com os trabalhadores. De todo modo a Vale aprofundará a reestruturação produtiva em curso, no intuito de submeter as lutas trabalhistas a um regime mais obstaculizado.

Entre terceirizações, automação do processo extrativo e programas de demissão em massa — responsáveis por reintroduzir os trabalhadores em condições rebaixadas de remuneração e amparo legal — a CVRD extingue centenas de milhares de empregos diretos, visando a fragmentação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, um aprofundamento na exploração da mão de obra, dinamizando o lucro a partir da precarização do trabalho, naquilo que se convencionou chamar *acumulação por espoliação*. De fato, essa seria a lógica subjacente ao processo de privatização da empresa nos anos 90.

Com efeito, o processo de privatização da CVRD sob Fernando Henrique Cardoso, em 1997, como parte de seu plano de desestatização, se dará de forma a subestimar largamente o patrimônio da companhia, vendendo-a por valor muito abaixo do preço de mercado:

No patrimônio da CVRD, não foram contabilizados ativos no setor siderúrgico, transporte ferroviário e marítimo, portos, produção de alumínio e ouro, ferrovias e florestas replantadas [...]

A CVRD, em 1995, informou [...] que suas reservas de minério de ferro em MG eram de 7,918 bilhões de toneladas. Dois anos depois, durante o leilão, havia apenas 1,4 bilhão [...] (QM, I)

Ainda, entre 1995 e 1996, a CVRD investiu como jamais em pesquisa, guardando os bônus para os futuros acionistas do mercado financeiro. A privatização da Vale marcará também o aprofundamento das terceirizações e precarização das condições de trabalho, além de uma política cada vez mais voltada à alta na remuneração dos acionistas.

No ciclo pós-privatização o papel chinês no mercado global de *commodities* crescerá vertiginosamente. As exportações da CVRD à China crescerão, entre 1998-2002, a uma média anual de 33% segundo a própria empresa (2012). Mas, quando quem manda é o mercado, o que sobe há de descer.

Embora as ações da companhia tenham valorizado 834% entre 2001-2011, a dependência de suas receitas quanto ao mercado internacional de *commodities* será provado a duras penas na esteira da crise financeira de 2008. Após um ciclo de expansão das atividades em plano global a Vale passará a vender grande parte de seus ativos, apostando porém na intensificação e barateamento da extração, beneficiamento e transporte mineral, no intuito de aumentar sua produção nos polos consolidados de extração mineral a fim de manter o mínimo abalada a remuneração pde seus acionistas.

O *pós-boom das commodities* orientará a atividade das mineradoras a se reorganizar. Cabe ressaltar que o caráter cíclico do mercado de bens de pouco valor agregado, como as *commodities*, é patente e mais acentuado, sendo de alto impacto em economias dependentes da importação de produtos com alta participação da indústria de transformação (como é o nosso caso). Nesse plano, ressaltamos que a estratégia das mineradoras em geral consiste em baixar os investimentos (com trabalho, segurança entre outros) intensificando a produção, no intuito de garantir a bolada que recebem os acionistas. Nesse sentido, o breve artigo de Davies e Martin, *Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents*, propõe que enxerguemos uma relação estrutural que mostra o aumento de acidentes com barragens de rejeitos a partir da queda *pós-boom* no preço internacional dos minérios. O artigo é interpretado com maestria em QMII.



Faixa sob o rio Paraopeba - Brumadinho-MG

III A dívida interna. A dívida externa A dívida eterna.

AS FACETAS DO ENDIVIDAMENTO

A dívida é uma constante na ideologia de legitimação do modelo minerário vigente no Brasil. Desde a fundação da Vale, que surge em dívida com as potências anglófonas, passando pelo governo militar, responsável por ampliar agigantadamente a dívida externa brasileira, chegamos aos tempos recentes com o pilar macroeconômico de superávit primário oriundo do tempo de FHC — para a manutenção do qual são engrandecidas as megaempreitadas dos exportadores de *commodities*, carros-chefe da manutenção de um arranjo econômico financeirizado e voltado em ampla medida ao pagamento da dívida pública e encargos —, a mineração desenfreada parece justificar-se a partir da lógica do endividamento.

Para além da acepção macroeconômica da dívida, há diversas facetas convergentes, não tão exploradas, da dívida na mineração. Com efeito, as grandes mineradoras financiam larga fatia das campanhas eleitorais em nosso país, formando uma bancada política pronta a defender interesses do setor, posto que sua eleição mesma é uma dívida que contraem para com o capital minerário. Em outro sentido, dado que grande parte dos municípios minerados é largamente dependente da mineração, posto que esta afunila os investimentos públicos e privados, a população é levada a comprar a imagem de benfeitoras vendida pelas mineradoras e pelo poder público comprado por elas. Assim, a mísera fatia do lucro das mineradoras repassada via CFEM (ver seção I) é transformada em maior fonte de arrecadação estatal local, criando uma ilusão de que as mineradoras seriam responsáveis pelas obras encaminhadas pelo poder público sob pressão das demandas locais.

Outra acepção da dívida, que pode esclarecer as atividades extrativas, decorre da destruição socioambiental perpetrada pelas megaempreitadas minerais. Deste modo, pelos dispositivos legais e jurídicos, eventos catastróficos como o da *Samarco/Vale/BHP Billington* em Mariana e o da *Vale* em Brumadinho são traduzidos em *dívidas quantitativas* para com o Estado e a população. Sem dúvida, as responsáveis têm de pagar pela destruição que propagam, mas cabe pensar se realmente é possível

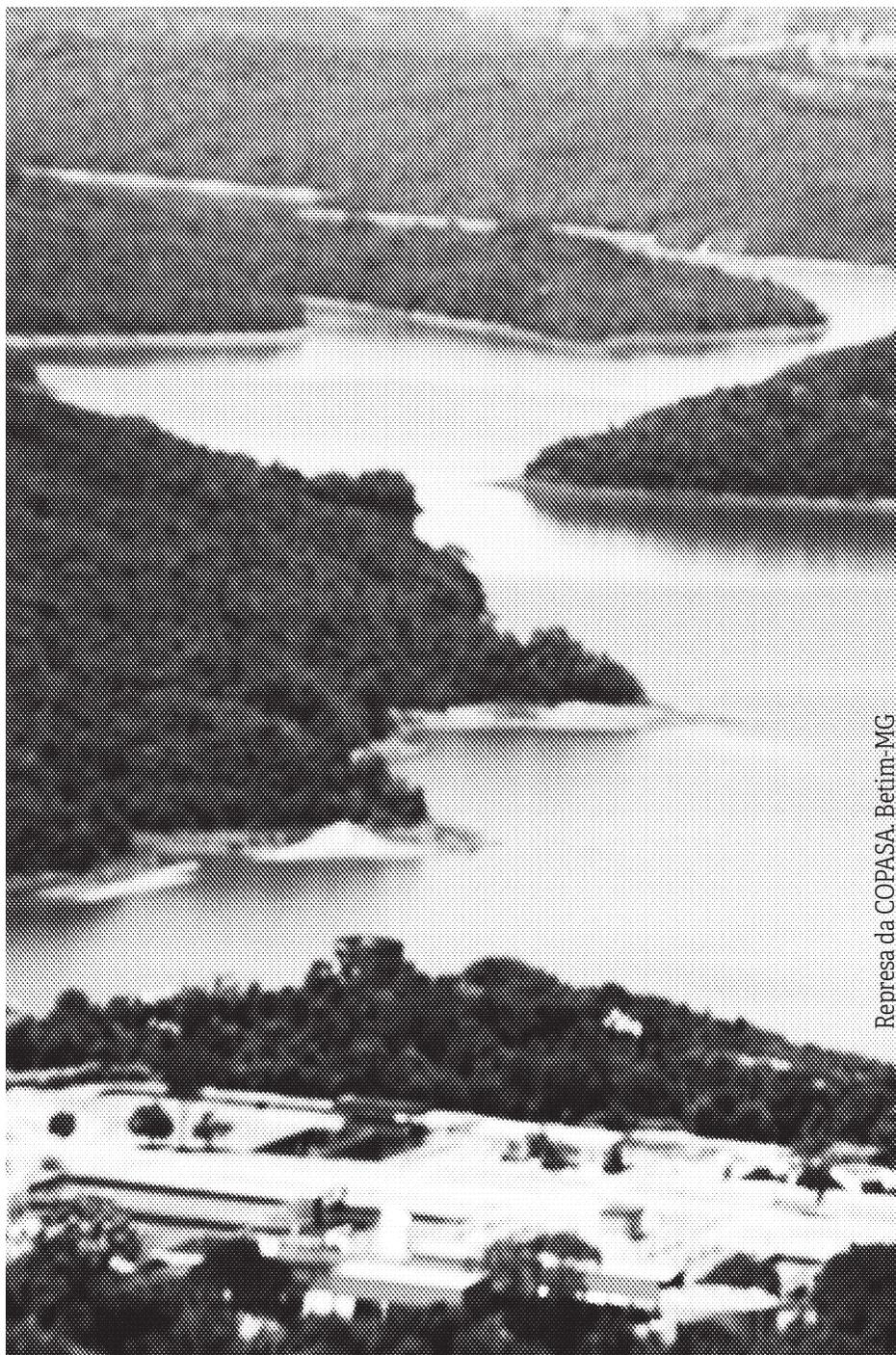
quantificar desastres socioambientais e a vida da população em números a serem listados nas folhas de pagamento das empresas. Um agravante, nesse sentido, será a inação dos órgãos de fiscalização e monitoramento, produtos que são de um acordo tácito entre o poder público e o capital privado financista da casta política. Decorre do mesmo o engessamento e irresponsabilidade dos processos de licenciamento ambiental. Em ambos os casos as mineradoras *pagam muito pouco pelo estrago que propagam*.

Se atentarmos ao caráter cíclico do mercado de *commodities*, poderíamos compreender a relação das mineradoras frente a seus acionistas como se elas estivessem perpétuamente endividadas com eles. Assim, colocam em primeiro lugar, em ocasião de queda no preço do minério, a manutenção do repasse aos acionistas, lesando para tal: o trabalhador, em sua remuneração declinante alinhada a uma mais ríspida demanda por produtividade; o ambiente, pela aceleração do processo extrativo; bem como a segurança local, dada a intensificação produtiva e o desinvestimento em áreas “não produtivas”.

Entretanto, por que não inverter radicalmente a noção de dívida e compreender a atividade do grande capital como um longo ciclo histórico de expropriação dos recursos naturais e do trabalho, como uma grande dívida para com a imensa maioria da população, espoliada à medida que os poderosos se lambuzam? Se entendermos que a riqueza apropriada pela classe dominante pertence a todos, então é porque ela nos deve aquilo que tomou para si.



Trem de minério. Brumadinho-MG



Represa da COPASA. Betim-MG

IV *Quantas toneladas exportamos De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos Sem berro?*

BALANÇO CRÍTICO

Para fecharmos este Dossiê, façamos um breve balanço acerca do modelo de mineração dominante no Brasil. Trata-se de uma atividade econômica de alto impacto socioambiental, grande lucratividade e altíssima concentração da renda gerada. Com efeito, pudemos mapear o baixo repasse ao Estado e entrever a curva ascendente de exploração da mão de obra, através de iniciativas terceirizantes e automação da produção em larga escala. Na pauta das mineradoras vimos que a prioridade é a remuneração de seus acionistas: o resto é resto...

Só em janeiro de 2018, o Brasil exportou 30,44 milhões de toneladas de minério de ferro (MDIC). A receita bilionária gerada por essa atividade, contudo, se esvai ao escalar a cadeia acionária das grandes mineradoras. Os lucros, assim, não são revertidos em melhorias na qualidade de vida nos municípios minerados. Ao contrário, vemos que a atividade mineradora destrói vidas e o meio ambiente, explora incansavelmente nossas riquezas naturais e assola o povo com falta e poluição da água, do ar e do solo.

Além disso, bem acordadas com o poder público, estão protegidas por cortinas de aço quando o assunto é responder por suas ações. A cumplicidade entre o arranjo político e o capital minerário (bem como o agropecuário, financeiro etc.) é uma das mazelas que uma história de dependência e inserção subordinada no capitalismo mundial nos legou. Cumpre, assim, construir as bases de um projeto radicalmente diverso.

Não podemos seguir baseando nossa economia na expropriação desenfreada dos recursos naturais, a serem vendidos no mercado de *commodities* para bancar o pagamento dos títulos da dívida pública.

Cabe pensar acerca da possibilidade de diversificação produtiva em nosso território, para o que deve ser atacada a propriedade oligopolista da terra. Os grandes latifúndios e as minas a céu aberto são marcas de uma economia a serviço de poucos e geradora de prejuízo a quase todos. Que nosso ferro seja trabalhado em nosso aço, é apenas um passo. Que de fato possamos chamar o território brasileiro de nosso, ainda outro. Que as

atividades econômicas estejam voltadas à transformação de nossas vidas, eis um desafio central de nosso tempo.

À destruição de nossos rios e florestas, ao saqueio de nossos minérios, à concentração da renda, à grande propriedade que desterra e empobrece, à história de desumana exploração que nos trouxe até aqui, às mazelas de uma ordem radicalmente desigual, digamos um grande “Basta!”. Proponhamos, através da dinamização e desenvolvimento de meios de debate e formação de opinião independentes do grande capital monopolista, a elaboração de projetos que carreguem em seu seio os interesses da classe trabalhadora organizada. Não há saída fácil para uma longa e brutal história de exploração, à qual devemos responder e superar por meio da organização e construção do poder popular.



Comunidade do Sapé, Brumadinho - MG

PAINEL

Com o *PIO*, além de produzir um material escrito complementar ao trabalho de documentação audiovisual, o *OPA* procurará abrir um canal de difusão de posicionamentos de pessoas atingidas pelo modelo de mineração e envolvidas com a luta por uma realidade menos opressiva e desigual. A ideia do *Painel* é justamente esta: colar algumas contribuições de parceiros que conhecemos através do trabalho em campo do *Observatório* ao nosso veículo de comunicação impresso. Dessa maneira, tanto quanto nosso trabalho audiovisual, nossa publicação será concebida em conjunto com as populações cuja experiência buscamos retratar, no intuito de despertar redes de solidariedade e dinamizar formas de resistência. Trata-se portanto aqui de uma sessão aberta e colaborativa.

Em nossa edição inaugural trazemos dois textos escritos no Quadrilátero Ferrífero:

De Barra Longa, município atingido pelo rompimento da *Samarco/Vale/BHP Billington*, Sérgio Papagaio — ex garimpeiro e liderança sindical, militante do *MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens* e editor do *Sirene* — nos envia um *Papo de cumadre*, coluna que escreve para o jornal *Sirene*, publicado e distribuído gratuitamente pelos atingidos pelo rompimento do Fundão. O *papo* que Papagaio resolveu nos enviar foi publicado originalmente na Ed. 22 do referido jornal, em janeiro de 2018.

O segundo texto vem dos fundadores da *Casa Quilombê*, iniciativa sócio-cultural sediada na Comunidade Quilombola dos Marinheiros em Brumadinho, MG. Escrito para a edição inaugural do *PIO*, o texto traz um relato de Jana Janeiro e Reibatuque acerca da experiência de luta e construção da *Casa Quilombê*, ressaltando inclusive a parceria com o *OPA* durante residência artística entre São Paulo e Parati, em abril deste ano de 2019. Jana é graduada em Turismo e fez pós em Gestão Cultural, integra a equipe educativa do *Inhotim* e é criadora do *Ateliê Pele Preta*. Reibatuque, nascido e criado no Quilombo dos Marinheiros, é artista e atua como percussionista, cantor, compositor e educador musical; criou o projeto *Batuquenatividade*, iniciativa educativa sediada nos Marinheiros e constrói instrumentos com materiais orgânicos.

PAPO DE CUMADRES: REASSENTAMENTO, A TERRA PROMETIDA E O MAR DE LAMA

Sérgio Papagaio

Consebida e Clemilda, fazem a comparação da terra prometida com o reassentamento, e do mar vermelho com o mar de lama.

— Cumadre eu fassu um cumparamento dus iscravo du Egitu e u povu du reacentamentu.

— Pois é ceutu seu cumparamentu, nois é tudu iscravu cada povu com seu sufrimentu.

— Cumadre quando Deus livrô o povo Hebreu da escravidão ele abriu o mar veumelho como caminho de sarvação, aqui o diabu nus mandô uma mardição o mar veumelho de lama lá de fundão.

— Lá nu Egitu o povu de Deus correu pru deserto rumu a terra prumitada, aqui o diseltu correu sobre nossas terra matanu pessoas e cabanu com nossas vida.

— Lá u povu de Deus recebeu das mão de Moises a táuba dus dez mandamentu iscritu com o dedu do sinhô du firmamentu, que era guia du povo e também mantimentu.

— Nois recebe mintira; e cada dia uma caltilha sobre u reacentamentu, iscrita pelu pai da mintira, senhor da triteza e rei du desalentu.

— Moises foi castigadu, vil mais num chegô a terra prumitada pois a moute a mandu de Deus carregô sua vida.

— Pois aqui, a moute tem carregadu vida muito antes de vê a terra prumitada.

— Quando fizeru u bizerru de oru, parra adorrar como Deus, foram todus castigadus e até amardiçquadus.

— Adoranu o bizerru de ferru, será que também serão castigadu, ou o pai mais maduru e cansadu já us terá pelduadu.

— Nós temus que sê paciêti e tê fé nu Deus de Israé siguindu sempre com confiança ni quem u sinhô iscoleu pra guiá o povo du gestera Paracatu e Bentu nu rumu celtu du reacentamentu.

— Cumadi é sempre muito bão ter fé e união, pois os únicos dois homens que entraram em Canã, terra prumitada por Javé, foram os que tiveram fé: Caleb e Josué.



ASIRENE



jornalasirene.com.br

CASA QUILOMBÊ EM MOVIMENTO

Casa Quilombê

Em abril de 2019 os cofundadores da *Casa Quilombê*, Reibatuque (artista quilombola) e Jana Janeiro (educadora social), desembarcaram em uma experiência itinerante por São Paulo, Ubatuba - SP e Paraty - RJ.

A *Casa Quilombê* é um projeto de intercâmbio da cultura quilombola, que realiza vivências que fomentam o turismo de base comunitária: oficinas; rodas de conversa; intervenções musicais e incentivo à literatura negra. Ações que dão visibilidade à história, costumes e tradições do povo negro, além de promover ações socioeducativas com crianças e jovens da comunidade quilombola de Marinhos, localizada no município de Brumadinho - MG.

O desejo de compartilhar a cultura quilombola esteve sempre presente em nós fundadores, e hoje se faz urgente perante toda a situação que atinge o território, após o crime da *Vale* — cometido no dia 25 de janeiro de 2019, quando o rompimento da barragem da *Mina Corrêgo do Feijão*, localizada em Brumadinho - MG, matou centenas de pessoas, a fauna, a flora, sonhos e projetos. Afetadas, as atividades da Casa Quilombê foram interrompidas, por motivo de solidariedade às famílias diretamente e indiretamente atingidas, pela dor e pela sensação de impotência que assolou toda a população brumadinhense.

Entendemos que o projeto tem com missão dar voz e trazer à luz essas histórias muitas vezes veladas. Percebendo que o processo imersivo e trocas de experiências são fundamentais para a construção deste trabalho, planejamos um intercâmbio cultural no qual a motivação foi o fortalecimento e a possibilidade de novas perspectivas de execução das nossas práticas enquanto agentes multiplicadores da cultura.

Com o apoio do *OPA - Observatório Popular* e de espaços educativos, culturais e políticos, além dos quilombos presentes na região de Paraty - RJ e Ubatuba - SP, iniciamos esta empreitada. Propusemo-nos a compartilhamentos e conexões em territórios ainda não penetrados por nós. Em busca de novas experiências que nos possibilitassem oxigenar as ideias e que pudessem nos inspirar a transpor as adversidades. Adentramos em

outros espaços, que nos pareciam diferentes, mas logo nos encontrávamos em meio a objetivos comuns, como o fazer cultural. Encontramos corpos de resistência, as vozes e ouvidos que lutam pelo bem coletivo, mãos e abraços que dizem: “Sim! Estamos juntos!”; poros que transpiram arte; práticas educativas inspiradoras; quilombos urbanos, rurais e litorâneos.

Todo este conjunto nos motivou ainda mais a seguir o caminho, a acreditar que somos parte do mundo que queremos transformar exercendo uma educação plural e corroborando para a emancipação de territórios por muitas vezes invisibilizados.

Fortalecemos os nossos votos de vida longa aos quilombos, aos povos de luta, à preservação dos saberes e das tradições, das artes, da educação e das redes que se formam para um mundo mais solidário e justo.



Comunidade Quilombola do Sapé, Brumadinho - MG

VERBETÁRIO

Um dicionário é composto de verbetes. Pequenas definições, construídas com palavras que tentam dar conta de uma outra palavra. Dão vida as palavras e constroem seus significados. Com nosso *Verbetário* buscamos o mesmo. Só que procuramos construir esses significados a partir de nossa ótica e vivência, passageira, na região.

Atingidos

A Claudete perdeu a pesca. O Jonathan perdeu o pai e o sogro. O Josias perdeu um caminhão carregado. A Janeth perdeu a nora. O Zé perdeu a horta. O Everaldo perdeu a filha e a horta. A Maria perdeu o rio que ia aos domingos com seus filhos. O Bendito perdeu a igreja. A Ticiania perdeu a pousada que tinha comprado. A Mariângela perdeu o sono. O Osvaldo perdeu o truço que jogava às quartas-feiras. O Vinicius perdeu a mulher. A Cida perdeu o acesso a ponte que tomava o ônibus pro seu trabalho. A Cleusa perdeu o cachorro. O Emerson perdeu a alegria. A Lucineia perdeu a casa. A Valéria perdeu três gados. O Josimar perdeu o amigo e o João perdeu a vida.

Indenizar

O mais estranho dos números é que, mesmo quando a gente suplica, eles continuam sem responder nada. Um homem de paletó escovou os dentes, limpou suas remelas, bebeu um copo d'água e calculou $2/3$ do salário líquido do trabalhador até a data em que completaria 75 anos'. E todo mundo cala a boca.

A matemática é uma ciência em que cada pergunta tem sua resposta; exata, única, invariável.

“quando ele volta para casa?”

“para onde vai toda essa lama?”

“para onde a gente vai agora?”

Eu queria saber se as indenizações acreditam em Deus, queria chegar bem perto do ouvido dos números e ouvir qualquer coisa, qualquer coisa que não fosse nada.

Acidentes premeditados, respostas de maquiagem e perguntas que continuam pesando como o silêncio das salas vazias e grandes demais.



Monsenhor Horta. Mariana - MG

Bairro dos Pires. Brumadinho - MG



Justiça

O acampamento Pátria Livre, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fica na beira do rio Paraopeba. O acampamento divide a extensão da propriedade com a tribo Pataxó . Um pouco antes do crime/tragédia o acampamento concluiu um sistema de irrigação que levaria água desde o rio até a parte alta – onde ficam as plantações e hortas produtivas – passando pela parte baixa, onde fica a escola. Só que o Paraopeba morreu no dia 25 de janeiro.

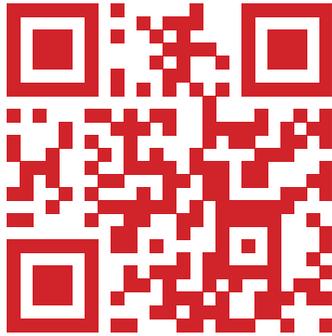
Memória

Fazem pouco mais de três anos que a lama arrasou Paracatu de Baixo. Foi de noite, para que ninguém a visse, porém foi barulhenta, para que ninguém não se desse conta. Os moradores, ajudados pelo corpo de bombeiros, já haviam evacuado a cidade pela tarde e do alto do morro não viram, mas escutaram suas casas caindo. Suas casas, seus quintais, sua igreja, seu campo de futebol, sua escola, seu posto de saúde. No fim do ano passado a Fundação Renova começou com seu projeto de construir a Nova Paracatu, uma cidade nova para os que haviam perdido a sua. No meio entre a tardança das obras na Nova Paracatu e as ruas esquecidas de Paracatu de Baixo, o bar do João Banana segue abrindo.

Verdade

A Vale do Rio Doce virou Vale quando foi vendida a preço de atacado. A Vale teve participação no crime de Mariana em 2015. A Vale seguiu aumentando seu faturamento. Em 2019, a Vale foi protagonista do maior crime trabalhista do Brasil. Pouco depois, o presidente da Vale disse que a empresa era uma joia, e não podia ser condenada por um acidente.

PIO



OPA.OPOPULAR



OPA.OBSERVA

**ESTA PUBLICAÇÃO FOI CONCEBIDA
PELO 'OPA - OBSERVATÓRIO POPULAR'
NÚMERO 1 - 2019**

A reprodução do conteúdo é permitida e encorajada

OPPA

